

Relatório da Anistia aponta violências no Brasil

BREVES

Vacina antigripe pode produzir alergia

A vacina contra a gripe, que está sendo ministrada em São Paulo, é contra-indicada para pessoas com reação anafilática à ingestão de ovos. Quem estiver com febre deve adiar a aplicação e os portadores da síndrome de Guillain-Barré precisam consultar previamente um médico. A vacina contra pneumonia também não deve ser aplicada em pessoas com reação alérgica.

Entidade pede ao governo maiores esforços para acelerar reformas que reduzam violações

FORTALEZA – A Anistia Internacional denunciou, ontem, que os defensores de direitos humanos no Brasil podem correr risco de vida. A entidade divulgou o relatório *Brasil: defensores dos direitos humanos; Protegendo os direitos humanos de todos*, em entrevista coletiva dirigida por Fiona Macaulay e Julia Rochester, com a presença de representantes de vários movimentos de direitos humanos do Ceará.

O documento, de 39 páginas, apresenta uma série de casos em que várias pessoas foram assassinadas, e outras, vítimas de abusos e de ameaças. A Anistia faz um apelo ao governo brasileiro por maiores esforços no sentido de apoiar e de proteger os defensores dos direitos humanos, além de acelerar a adoção de reformas que reduzam a ocorrência de violações.

Na data que marca o 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, a Anistia Internacional acentua que, no Brasil, os ativistas ocupam-se dos setores mais marginalizados da sociedade, como os favelados, os grupos indígenas, os presos co-

mens ou os meninos de rua. Entre essas pessoas, diz a entidade, encontram-se também advogados, juízes, jornalistas ou investigadores. A organização destacou o caso do advogado Gilson Nogueira, assassinado diante de sua casa, em Natal, depois de inúmeras tentativas de desmascarar um grupo de extermínio.

O documento denuncia que “policiais acusados de graves violações aos direitos humanos raramente são afastados do serviço durante as

investigações”.

Acrescenta, ainda, que “outro problema periódico do combate à impunidade no Brasil é a estrutura federal do Estado e a organização do policiamento e do sistema judiciário”.

Outra denúncia grave diz que a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal está constatando a existência de grupos de extermínio em nove Estados brasileiros.

Em Brasília, o porta-voz da Presidência da Repúbli-

ca, embaixador Sérgio Amaral, negou qualquer responsabilidade do governo federal nos casos de desrespeito. Segundo Amaral, “o governo federal tem uma posição clara de defesa dos direitos humanos e já tomou uma série de medidas que comprovam e dão evidências concretas desta posição”. O porta-voz da presidência avisou que, na maior parte dos casos de violação dos direitos humanos em que o governo federal tem sido acusado, a competência para proteger as pessoas e apurar as responsabilidades está nas mãos dos Estados.

O relatório da Anistia Internacional foi divulgado ontem também em Londres e em Bonn.

PARA
PORTA-VOZ,
PROBLEMA ESTÁ
NOS ESTADOS